Entretanto, em uma situação de grande tensionamento político como a que observamos hoje no país, com a disputa de projetos políticos distintos e a projeção de candidaturas às eleições majoritárias de 2018, a partir de São Paulo, bem como divergências que vão se acentuando quanto ao papel que se espera do Parlamento Estadual, em sua relação com o Tribunal de Contas do Estado, com o Executivo, os Ministérios Públicos, a Mídia e a Sociedade, entre outros, cabe pensar em outras alternativas. Se a partir da nossa análise de conjuntura o peso principal recair sobre a importância de ressaltarmos a distinção entre projetos políticos o ideal seria compor uma chapa com os partidos, mandatos ou parlamentares que se opuseram ao golpe que depôs Dilma Rousseff. Nesse caso, a probabilidade maior seria de sermos derrotados no voto, mas não politicamente, ficando fora da composição da Mesa Diretora.

Se, de modo diferente, nossa intenção for pautar outro papel para o Legislativo Paulista, com mais autonomia em sua relação com o Executivo, de modo a ter ascendência sobre o Tribunal de Contas do Estado, transparência nos seus gastos e sintonia com os anseios da sociedade, as alternativas poderiam compor chapa com parlamentares que se disponham a fazer esse debate, mesmo de partidos que apoiaram o golpe, e promover mudanças substantivas no modo de se organizar e funcionar a Alesp ou lançar candidaturas avulsas a determinados cargos da Mesa Diretora, em ambos os casos fazendo isso apoiado em um programa de atuação alternativo, que não se confunda com aquele que vem sendo adotado na Alesp há anos, de modo subordinado aos interesses do Executivo e de pequenos grupos de deputados, que muitas vezes atuam em causa própria."

Muito obrigado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossos queridos colaboradores, pessoas que nos honram com suas presenças e telespectadores, muito rapidamente, eu queria, em primeiro lugar, fazer uma homenagem a alguém que tive a honra e o prazer de conhecer pessoalmente e que fez muito pelo o que os mais antigos chamavam de lavoura de São Paulo e os mais modernos chamam de indústria sucroalcooleira - são empresários que, em sua maioria, começaram no seio da colônia italiana, construíram as usinas de açúcar, que depois se transformaram em usinas de açúcar e álcool, e tornaram esse setor o maior do nosso País e um dos maiores do mundo. Eu me refiro ao Dr. José Luiz Zillo, que faleceu semana passada, na Europa, e que muito fez por esse setor.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Neder.

* * *

Ele foi um grande líder empresarial. Eu tive a oportunidade de conviver com ele como secretário da Agricultura e como ministro da Agricultura e ele era uma pessoa fantástica, porque era extremamente autêntico. Falava o que pensava, não era como alguns, que, quando vão reivindicar alguma coisa, buscam adular as pessoas ou buscam fazer críticas infundadas. Era alguém sério, ponderado e que sabia defender, com ardor, é verdade, as suas ideias e sabia lutar por esse setor que tanto emprego e tanta riqueza geram no nosso Estado e no nosso País. Ele foi dirigente da Unica, que é a União da Indústria de Cana-de-açúcar de São Paulo, foi dirigente da Copersucar.

Eu quero estender a todo o setor sucroalcooleiro de São Paulo os cumprimentos, as condolências pelo passamento do Sr. José Luiz Zillo e a toda a sua família.

Muito rapidamente também, eu queria fazer um comentário, caro deputado Neder. Sempre respeito as suas falas, que são sempre ponderadas. Mesmo naquilo em que podemos discordar, temos que respeitar, porque é bem formulada a sua questão, o seu questionamento e a sua posição. É bem defendida a sua posição. Eu lamento.

Confesso que eu evito vir no Pequeno e no Grande Expediente, porque eu sou de um tempo, deputado Carlos Giannazi - V. Exa. que ocupa este espaço muito bem -, em que isto aqui estava lotado em um dia como hoje, neste horário. Algumas pessoas que estão aqui também são. Nós vibrávamos com os debates.

Eu já disse aqui e vou repetir. Eu sou do tempo em que entrávamos em um táxi e o motorista estava ouvindo a sessão da Assembleia Legislativa ou a sessão da Câmara Municipal de São Paulo. Quer dizer, havia debate. A base da democracia é o debate, e nós quase não debatemos mais. Nosso Regimento atravanca o debate, as discussões, e ficamos naquilo, vota ou não vota, contra ou a favor, obstrui ou não obstrui, em detrimento da nobreza da atividade parlamentar. Aliás, ele tem esse nome exatamente por isso, porque é uma Casa onde se deve parlar, onde se deve debater.

A frase do deputado Coronel Telhada, quando ele falou que está se empurrando a questão da Segurança no Brasil, é rigorosamente correta. Nós estamos enxugando gelo faz tempo. Agora estamos entrando no último limite, talvez no limite imprudente de colocar as Forças Armadas para cuidar de segurança. Isso é o passo último que antecede a convulsão social, no meu modesto ver.

Não é por aí. Temos que combater, urgentemente, as causas da violência, que são mais do que sabidas. A grande origem dos crimes é o contrabando de drogas e de armas. Há estudos que mostram que 70% dos assassinatos têm como origem o tráfico de drogas.

Tão importante quanto o combate ao contrabando é a modernização da nossa legislação. Eu estive em Mogi Mirim, com o então secretário da Segurança de São Paulo - hoje ministro licenciado e talvez, na próxima semana, ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr.Alexandre de Moraes. Fiz um crítica que faço toda vez que falo de Segurança em São Paulo ou no Brasil.

Nós sabemos da fragilidade da legislação penal e processual penal. Se isso não for aperfeiçoado, nós não iremos jamais consertar o problema da violência no Brasil. Aliás, isso está se exacerbando e também é percebido no âmbito da Lava Jato. Não me conformo de ver o Sérgio Machado; a meu ver, ele é o maior corrupto da história da Petrobras. Durante 13 anos, ele ficou tomando conta da Transpetro. Eu conheço bem o que era aquilo.

Ele foi o mais aquinhoado. Ele foi premiado pela Lava Jato, recebendo uma pena de dois anos e três meses. Há uma senhora que foi presa e espancada, porque estava roubando uma coisinha no supermercado. Não quero defender o pequeno crime, mas foram cenas dantescas de um segurança estapeando a moça nos dois lados de seu rosto. Batia de um lado e do outro, de um lado e do outro.

No entanto, vemos o Sérgio Machado com uma pena de dois anos e três meses. Praia do Futuro, em Fortaleza, e mansão com campo de futebol e quadra de tênis e piscina. Assim não iremos combater o crime, nunca. Enquanto o crime compensar, não iremos acabar com a violência.

Quero lamentar essa situação terrível. Comentava com as queridas colaboradoras da Assembleia Legislativa e amigas sobre a situação dramática que estamos vivendo. Nesta minha estada em Mogi Mirim, em que fiz esses comentários, o secretário Alexandre de Moraes, professor de Direito Penal e Constitucional, com muito mais propriedade do que eu, disse-me uma série de crimes graves que têm penas bem menores do que crimes menos graves.

É disso que se trata. Precisamos modernizar a nossa legislação. Não podemos continuar com os mesmos métodos. É uma situação dramática. Entendo que ela está sendo mal resolvida, podendo levar o nosso País a uma situação de confronto que não sabemos as consequências.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS NEDER - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS NEDER - PT - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, hoje o presidente Temer sancionou a Reforma do Ensino Médio. A medida provisória foi aprovada no Congresso Nacional, sendo sancionada hoje.

É uma medida provisória que partiu do próprio Governo e que caiu como o Ato Institucional nº 5 na Educação brasileira. Ela veio de cima para baixo, sem debate com a sociedade, com muitas críticas dos estudantes, dos professores e de todos os segmentos ligados à Educação.

É uma proposta autoritária que não foi debatida com a comunidade escolar nem com a comunidade acadêmica. Porém, ele tem a maioria no Congresso Nacional, fez propaganda enganosa na televisão, com dinheiro público, dizendo que essa reforma seria o máximo para os nossos alunos e, enfim, ela foi aprovada e sancionada.

Mas ela traz prejuízos para o Ensino Médio e para os nossos alunos, porque mexe na questão da carga horária, e também na grade curricular, deixando de fora várias disciplinas importantes, como História, que fica praticamente de fora do Ensino Médio. Ela não é mencionada na Medida Provisória. A disciplina de Geografia não é mencionada, é como se ela não existisse.

Os militares fizeram isso também, nas reformas organizadas por eles, em 68 e também em 71. A reforma educacional dos militares, por exemplo, neutralizou História e Geografia, juntando as duas numa área que se chamava Estudos Sociais.

Pela proposta do governo, aprovada, só três disciplinas são obrigatórias nos três anos do Ensino Médio: Português, Matemática e Inglês. As outras ficam diluídas, algumas nem aparecem. O texto fala em mais quatro outras disciplinas obrigatórias, mas não especifica exatamente em que ano, mas não nos três anos, logicamente, porque nos três anos só essas três: Matemática, Inglês e Português.

O texto fala que Filosofia é obrigatória, a Sociologia, Artes e Educação Física, exatamente as quatro disciplinas que criaram polêmica quando a proposta foi apresentada. Então, o governo, para diluir as críticas, para neutralizar os movimentos e, sobretudo, as críticas contra a extinção dessas quatro disciplinas, ele fala que elas são obrigatórias, mas não nos três anos.

De uma certa forma, elas continuam neutralizadas, essas quatro disciplinas. Até ontem eram disciplinas obrigatórias no currículo escolar do Ensino Médio. Com a proposta do governo, elas ficarão diluídas. Talvez elas possam aparecer só no primeiro ano, no segundo, e também com outras que eu citei aqui, que ficam. Essas outras nem são mencionadas, o que é um verdadeiro absurdo.

História sempre foi uma matéria obrigatória em todas as escolas, em todas as áreas da educação básica, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Elas desaparecem do texto da Medida Provisória, ou seja, da LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porque essa Medida altera a LDB. A LDB não foi aprovada por Medida Provisória. Houve debate, foram vários anos de debate, na sociedade e no Congresso Nacional.

Mas essa Medida Provisória vem de cima para baixo. Portanto, ela tem várias irregularidades, tanto que o Ministério Público Federal, o procurador-geral da República, disse que essa Medida Provisória era inconstitucional.

Nós, do PSOL, entramos com uma Adin, na época em que ela foi apresentada, porque não havia a urgência da aprovação. A Medida Provisória só pode ser apresentada quando há relevância para o tema, urgência, e não havia isso, porque a sociedade estava debatendo. Havia, inclusive, um projeto no Congresso Nacional sendo debatido. Mas o governo atropelou essa proposta.

Há também a questão do aumento do número de escolas de tempo integral, na área do Ensino Médio. O projeto pretende, em três anos, aumentar para cinco horas e depois para sete horas, mas só que não leva em conta que nossos alunos trabalham. Muitos alunos trabalham. Como um aluno vai frequentar uma escola de Ensino Médio, por sete anos? Ele tem que trabalhar. Trabalha durante o dia. Praticamente não vai mais haver ensino noturno no Brasil, na área do Ensino Médio.

Vou voltar a este tema aqui, em algum momento, para aprofundar o debate em torno da proposta apresentada. A proposta coloca também a questão do notório saber, que é uma tentativa de rebaixamento da formação de professores. O projeto é um absurdo.

Não há previsão de aumento de investimento na Educação brasileira. Aliás, há corte. Foi aprovada essa medida provisória, mas anteriormente, no final do ano passado, foi aprovada a PEC no 55, que congela o investimento em Saúde, Educação e todas as áreas sociais. É um absurdo o projeto da reforma do ensino médio. Mas foi aprovado. Infelizmente, a PEC no 55 também foi aprovada. Agora, vamos fazer a resistência para que não haja a aprovação nem da reforma previdenciária nem da reforma trabalhista, que são nefastas e retiram direitos dos trabalhadores no Brasil.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS NEDER - PT - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato pelo Art. 82, pela liderança do PMDB.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, nesta tarde trago à tribuna algo que nos deixa constrangidos. Houve 194 mil assaltos de celulares no estado de São Paulo em 2015. Posteriormente, houve um acréscimo de 23%, chegando ao número de 239 mil. Vivemos num país em que não se pode nem usar celulares. A todo instante, somos roubados, incomodados.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

Houve até mortes relacionadas a roubo de celular, um jovem na zona leste e outro próximo à rua França Pinto, na Vila Mariana, além de vários locais. O marginal assalta e não fica só contente em levar o celular, a carteira e outras coisas. Ele tira a vida das vítimas. Eu gostaria de passar um vídeo para ilustrar melhor.

* * *

- É feita a exibição de vídeo.

* * *

Que essa reportagem possa ajudar para que não aconteçam tantos roubos, assaltos de celulares, e que as pessoas utilizem com mais cuidado.

Mas quero terminar dizendo que muitas pessoas não trabalham e ficam assaltando, no caso, celulares. Temos outro grupo de pessoas formado por alcoólatras, usuários de drogas que não conseguem trabalhar. Temos hoje 13 milhões de desempregados. Além disso, temos esses malandros, bandidos que roubam celulares, bicicletas, tênis e outros objetos e não trabalham. Temos também uma nova profissão, entregador de currículo, que também não produz e que está junto com esses 13 milhões de desempregados. Então precisamos nos unir para que esse governo vá bem e que possa diminuir esse número tão grande de desempregados.

Muito obrigado.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de levantar a sessão, gostaria de convidar a todos para a nossa audiência pública, que será realizada hoje, no Plenário José Bonifácio, contra o fechamento da Escola Emia, que é municipal, de iniciação artística, que está sendo ameaçada de fechamento, uma escola importante, uma escola referência não só na cidade de São Paulo, mas no Estado e no Brasil. Foi ameaçada de fechamento pela Secretaria da Cultura, pela gestão Doria, com a não renovação dos contratos. Estamos acompanhando esse movimento da comunidade escolar, como estamos acompanhando também aqui a tentativa do governador Geraldo Alckmin em extinguir a Banda Sinfônica do Estado de São Paulo. Vai ser hoje, às 19 horas.

Esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.

* * *

17 DE FEVEREIRO DE 2017
12ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CORONEL CAMILO
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL CAMILO
Comemora a regulamentação da "Lei do Pancadão". Lista os benefícios trazidos à população pela lei, que a partir de agora poderá ser aplicada. Ressalta que o objetivo da lei não é impedir a diversão de jovens, e sim coibir a criminalidade.
3 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Convoca uma sessão solene, a realizar-se às 19 horas de 20/02, para prestar "Homenagem ao Sr. Daniel Mendez, presidente e fundador da Sapore, empresa que representou São Paulo na Gastronomia Olímpica, pelos inestimáveis serviços prestados a São Paulo e ao Brasil", por solicitação do presidente Fernando Capez.
4 - CORONEL TELHADA
Deseja sucesso ao prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando. Endossa o pronunciamento do deputado Coronel Camilo, acerca da regulamentação da "Lei do Pancadão". Solicita que o Governo reajuste os salários dos servidores. Defende projeto que aumenta a idade de aposentadoria dos policiais militares.
5 - CORONEL CAMILO
Assume a Presidência. Apoia a manifestação do deputado Coronel Telhada quanto à aposentadoria dos policiais militares.
6 - JOOJI HATO
Elogia os deputados Coronel Camilo e Coronel Telhada pela "Lei do Pancadão". Argumenta que os "pancadões" contribuem para o crescimento da desordem social. Afirma que o problema é agravado em cidades pequenas. Propõe a instalação de câmeras e detectores de metais em diversos lugares.
7 - PRESIDENTE CORONEL CAMILO
Agradece ao deputado Jooji Hato pelo apoio ao projeto da "Lei do Pancadão". Elogia-o pela propositura que trata da instalação de câmeras de segurança em locais estratégicos.
8 - CARLOS GIANNAZI
Menciona programa, a ser transmitido pela TV Alesp, de cuja gravação participou, em que se debateu a Educação paulista. Discorre sobre projetos de lei, de sua autoria, que se contrapõem a resoluções do Governo na área. Opõe-se à reforma da Previdência, proposta pelo governo federal.
9 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.
10 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
11 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 20/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, para realizar a "Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao doutor Fábio Bibancos, fundador e presidente voluntário da Oscip - Turma do Bem, a maior rede de voluntariado especializado do mundo". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Davi Zaia (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, o dia de hoje é um motivo de alegria para o povo de São Paulo, pois foi regulamentada a Lei do Pancadão. O pancadão é aquele barulho que incomoda todo mundo no fim de semana, não deixa as pessoas dormirem e, pior que isso, envolve crack, sexo com menores, agressões e bebidas alcoólicas para menores. Os pancadões foram até motivo de uma reportagem chamada "Os filhos do funk", mas a lei não tem nada contra o funk ou contra qualquer gênero musical. O espírito da lei é combater a bagunça, a desordem urbana, porque sabemos que isso leva ao crime.

Ontem eu e o deputado Coronel Telhada, que é coautor desse projeto, assistimos à assinatura do decreto. Foi feito um decreto, e agora a Polícia Militar vai poder autuar antecipadamente. Antes, a Polícia só podia autuar de madrugada, quando havia crime. Se ligassem para o 190 e a Polícia Militar chegasse no início do pancadão, ela só podia pedir para baixar o som, porque não tinha competência legal. Agora ela tem o poder administrativo.

Se a Polícia Militar pedir para baixarem o som e isso não for feito, ela pode multar o veículo em até 4 mil reais. Se não pararem, ela pode até apreender o veículo. Ou seja, a Polícia Militar agora tem ferramentas para agir no início, antes que aquele show vire uma bagunça, protegendo as pessoas e protegendo o próprio policial militar. Afinal, o policial militar não quer ir lá de madrugada, com seis viaturas, e ser enfrentado com garrafas de cerveja, pedras e pedaços de pau, pois chegam a participar 8 mil pessoas nos pancadões em São Paulo.

Portanto, quero deixar nosso agradecimento ao governador Geraldo Alckmin pela regulamentação da lei e dizer para você, que nos acompanha, que caminhamos para solucionar esse grande problema. Isso não acontecerá da noite para o dia, pois há muitos pancadões - são 400 por fim de semana só na capital, e há também no litoral e no interior do estado. Contudo, começamos a regrar esse problema, e agora a Polícia Militar vai poder agir.

Cabe a você também, que vê um pancadão próximo à sua residência, que comunique a Polícia Militar antecipadamente, quando estiver começando. Agora a Polícia pode agir, pode determinar que pare e, se não parar, pode tomar providências. Antes, ela pedia para parar e tinha que ir embora, então alguém baixava o som e depois aumentava. Portanto, foi um grande ganho para a cidade de São Paulo. Quero deixar bem claro também que a lei vale nos locais públicos, ou seja, nas ruas e locais privados de acesso público, como estacionamento de shopping e posto de gasolina.

"Mas e se meu vizinho estiver com som alto?". A lei não abrange isso. Você teria que fazer uma denúncia de perturbação de sossego, através de uma notícia na delegacia. Ou até pode chamar uma viatura. Se o som for dentro de bar, a lei também não abranje. Nesse caso, é necessário chamar o "Psiu". Existem leis municipais para isso, e a prefeitura pode até fechar o bar. Mas se o som estiver na rua, a lei pode ajudar você a ter mais qualidade de vida.

Quero deixar claro para os nossos jovens: não somos contra eles se divertirem, de maneira nenhuma. Só estamos regrando essa questão, para que as pessoas possam dormir. O show autorizado, durante o horário permitido, num local permitido, pode ser feito. Podem procurar a prefeitura e ver uma quadra ou praça onde isso possa ser feito. Falaremos, em breve, com o secretário de Cultura, para que ele crie espaços para os jovens se divertirem. Não é isso que tentamos impedir; tentamos impedir a baderna, a bagunça e o crime que acontecem de madrugada, envolvendo os nossos jovens. Os pais sabem muito bem disso, e os que estão no entorno também. Mas os pais sabem que os filhos vão a essas festas, em que há outros problemas, como: o "boa noite cinderela", furtos de veículos e furtos desses jovens que vão aos pancadões.

É com satisfação que fiquei sabendo, ontem, que a lei ia ser regulamentada. Fomos ao Palácio do Governo, onde o governador assinou-a na nossa frente. Hoje, já foi publicada no Diário Oficial. É simples assim: o direito de um acaba onde começa o direito do outro. Os jovens têm direito de se divertir, mas a população também tem direito de dormir e descansar para poder trabalhar. Esse é o espírito da lei. Obrigado Sr. Presidente, e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 20 de fevereiro de 2017, às 19 horas, com a finalidade de "prestar homenagem ao senhor Daniel Mendez, presidente fundador da Sapore", empresa que representou São Paulo na Gastronomia Olímpica, pelos inestimáveis serviços prestados a São Paulo.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, telespectadores da TV Alesp, funcionários e assessores que estão no plenário e também nos assistindo pelos gabinetes. Hoje de manhã, estivemos em São Bernardo do Campo, onde visitamos o prefeito Orlando Morando, nosso amigo, que foi deputado nesta Casa até janeiro deste ano. Fomos desejar-lhe sucesso no novo mandato e nos colocar à sua disposição. Aproveitamos para tomar um café e falar sobre como podemos melhorar a vida dos cidadãos de São Bernardo do Campo.